

## **Sistema de Suporte de Vida PEN9**

Unidade de construção 17  
Expansão fase 3

## **CADERNO DE ENCARGOS**

CLÁUSULAS GERAIS  
CLÁUSULAS ESPECIAIS

## Índice

Disposições Gerais.....	4
Cláusulas Gerais.....	4
CLÁUSULA 1. <sup>a</sup> Objeto do Contrato .....	4
Cláusula 2. <sup>a</sup> Contrato.....	4
Cláusula 3. <sup>a</sup> Preço base do procedimento .....	4
Cláusula 4. <sup>a</sup> Prazo de execução.....	5
Cláusula 5. <sup>a</sup> Receção do sistema a entregar ao abrigo do contrato.....	5
Cláusula 6. <sup>a</sup> Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias.....	5
Cláusula 7. <sup>a</sup> Garantia Técnica.....	5
Cláusula 8. <sup>a</sup> Garantia de continuidade de Fabrico.....	6
Cláusula 9. <sup>a</sup> Obrigações principais do adjudicatário .....	6
Cláusula 10. <sup>a</sup> Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato .....	7
Cláusula 11. <sup>a</sup> Obrigações da Entidade Adjudicante .....	7
Cláusula 12. <sup>a</sup> Dever de sigilo .....	7
Cláusula 13. <sup>a</sup> Preço contratual .....	8
Cláusula 14. <sup>a</sup> Adiantamento do preço .....	8
Cláusula 15. <sup>a</sup> Condições de pagamento.....	8
Cláusula 16. <sup>a</sup> Penalidades contratuais .....	9
Cláusula 17. <sup>a</sup> Força maior.....	9
Cláusula 18. <sup>a</sup> Resolução por parte do contraente público .....	10
Cláusula 19. <sup>a</sup> Resolução por parte do adjudicatário.....	10
Cláusula 20. <sup>a</sup> Subcontratação e cessão da posição contratual.....	10
Cláusula 21. <sup>a</sup> Caução .....	10
Cláusula 22. <sup>a</sup> Gestor do contrato .....	11
Cláusula 23. <sup>a</sup> Comunicações e notificações .....	11
Cláusula 24. <sup>a</sup> Contagem dos prazos .....	11
Cláusula 25. <sup>a</sup> Foro competente.....	11
Cláusula 26. <sup>a</sup> Legislação aplicável .....	11
Cláusula 27. <sup>a</sup> Prevalência .....	11
Cláusula 28. <sup>a</sup> Proteção de Dados.....	12

Clausulas Técnicas Especiais .....	13
CLÁUSULA 1. <sup>a</sup> Caracterização da Situação Existente .....	13
CLÁUSULA 2. <sup>a</sup> Programa .....	13
CLÁUSULA 3. <sup>a</sup> Organização e Conteúdo .....	14
CLÁUSULA 4. <sup>a</sup> Faseamento do fornecimento e instalação da SSV .....	15
CLÁUSULA 5. <sup>a</sup> Informações Complementares.....	15
CLÁUSULA 6. <sup>a</sup> Faseamento .....	16
CLÁUSULA 7. <sup>a</sup> Qualificação Técnica.....	16

## Disposições Gerais

### Cláusulas Gerais

#### CLÁUSULA 1.<sup>a</sup>

##### Objeto do Contrato

1. O presente Caderno de Encargos estabelece as condições jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar para a aquisição de bens e serviços para a elaboração Sistemas de Suporte de Vida da Pré-Engorda N9, sendo um procedimento por Concurso Limitado por Prévia Qualificação, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, por o valor do contrato ser superior a 221.000,00€, ex vi artigo 474.º, n.º 3, alínea c) do CCP, com a designação “PE/03/2025 – Sistema de Suporte de Vida da PE N9”.
2. Empreitada encontra-se inserida na candidatura nº MAR-021.1.1-FEAMPA-00021.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup>

##### Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### Cláusula 3.<sup>a</sup>

##### Preço base do procedimento

No âmbito do procedimento em apreço, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição dos serviços e aquisição de bens objeto do mesmo é de **4.000.000,00 € (quatro milhões de euros)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Cláusula 4.ª

Prazo de execução

Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, o contrato entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará pelo **prazo máximo de 508 (quinhentos e dois) dias**.

Cláusula 5.ª

Receção do sistema a entregar ao abrigo do contrato

1. A entidade adjudicante deve proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da entrega do sistema, à respetiva análise, com vista a verificar se este reúne as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise da entidade adjudicante a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade do sistema com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve de isso informar, por escrito, o adjudicatário.
4. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede a nova análise, nos termos do n.º 1 do presente artigo.

Cláusula 6.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

O adjudicatário é responsável por qualquer inoperacionalidade, defeito ou discrepância que o sistema a fornecer apresentem ou venham a apresentar.

Cláusula 7.ª

Garantia Técnica

1. É aplicável, com as necessárias adaptações, ao presente contrato o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à responsabilidade e obrigações do fornecedor e do produtor e aos direitos do consumidor, previstos no DL n.º 84/2021, de 18 de outubro.

2. Para além disso, e de acordo com o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 444.º do CCP, o prazo de garantia é de 3 (três) anos, a contar da data em que ocorrer a entrega de todos os bens.

#### Cláusula 8.ª

##### Garantia de continuidade de Fabrico

O adjudicatário deve assegurar a continuidade de fabrico e de fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado da respetiva vida útil.

#### Cláusula 9.ª

##### Obrigações principais do adjudicatário

1. Nos termos do contrato a celebrar, o adjudicatário obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a) Prestar os serviços em perfeitas condições e para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
  - b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e níveis de serviço, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
  - c) Garantir os serviços prestados, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
  - d) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato;
  - e) Comunicar à Entidade Adjudicante, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
  - f) Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
  - g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pela Entidade Adjudicante;
  - h) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
  - i) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
  - j) Cooperar com a Entidade Adjudicante, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
    - I. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo adjudicatário em representação da Entidade Adjudicante;

- II. Quando a Entidade Adjudicante deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.
3. O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

#### Cláusula 10.<sup>a</sup>

##### Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato

1. Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º n.º 2 do CCP, o Adjudicatário obriga-se a colocar a executar o contrato trabalhadores em regime de contrato de trabalho sem termo ou em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período do tempo não seja inferior ao prazo do contrato da aquisição de serviços,
2. O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
3. O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão

#### Cláusula 11.<sup>a</sup>

##### Obrigações da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, a Entidade Adjudicante obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo.
2. Constituem ainda obrigações da Flatlantic:
  - a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o adjudicatário, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
  - b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
  - c) Monitorizar a qualidade dos serviços prestados;
  - d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
  - e) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos produtos fornecidos;
  - f) Efetuar o pagamento contratualmente devido dentro dos prazos fixados.

#### Cláusula 12.<sup>a</sup>

##### Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso o que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de ordem judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor, até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### Cláusula 13.<sup>a</sup>

##### Preço contratual

1. O preço base do presente procedimento é de **4.000.000,00 € (quatro milhões de euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição dos serviços que constituem objecto do presente contrato.
2. O valor do contrato inclui todos os custos, encargos e despesas associadas à integral execução de todos os serviços a prestar.

#### Cláusula 14.<sup>a</sup>

##### Adiantamento do preço

Haverá lugar a um adiantamento do preço de 30% do valor global do projeto no momento da adjudicação.

#### Cláusula 15.<sup>a</sup>

##### Condições de pagamento

1. O preço será pago por intermédio de autos de medição mensais elaborados pela adjudicatária até ao dia 25 de cada mês e mediante o Mapa de Trabalhos e Quantidades.
2. Os autos de medição serão elaborados até ao dia 5 do mês seguinte àquele a que respeitam, pelo representante da entidade adjudicante, com base em registos diários e relatórios técnicos apresentados pelo adjudicatário.
3. Os autos de medição devem ser assinados por ambas as partes, servindo de base à emissão da fatura correspondente.
4. Em caso de divergência quanto ao conteúdo do auto de medição, as partes comprometem-se a proceder à sua resolução no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, podendo ser convocada uma reunião para efeitos de esclarecimento e ajuste.



Cláusula 16.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma **pena pecuniária**, no valor **100,00 € (cem euros)**, por cada dia de atrasado verificado na entrega do bem/serviços objecto do contrato.
2. Se o valor da sanção elencada nos números anterior não exceder 20% do preço contratual, pode a Entidade Adjudicante resolver o contrato, nos termos da conjugação dos artigos 329.º, n.º 2, e 333.º, n.º 1, alínea e), do CCP.
3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do presente contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. Não obstante a aplicação das penalidades, em caso de manifesta necessidade a Flatlantic poderá adquirir a outros prestadores os serviços em falta, ficando a diferença de preços, se a houver, a cargo do adjudicatário faltoso.
6. As penas pecuniárias previstas não obstam a que a Flatlantic possa, nos termos legais, exigir uma indemnização pelos danos excedentes provocados.

Cláusula 17.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
  5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 18.<sup>a</sup>

##### Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

#### Cláusula 19.<sup>a</sup>

##### Resolução por parte do adjudicatário

O Adjudicatário pode resolver o contrato nos termos do disposto nos artigos 332.º e 449.º, por remissão expressa do artigo 451º, todos do CCP.

#### Cláusula 20.<sup>a</sup>

##### Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 21.<sup>a</sup>

##### Caução

Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, é exigida ao adjudicatário a prestação de caução no prazo de **10 (dez) dias** contados a partir da notificação da decisão de adjudicação e no valor de **5% (cinco por cento) do preço contratual**, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Cláusula 22.º

Gestor do contrato

Nos termos do nº 1 do art.º 290-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, é o trabalhador Danilo Pinto, Chefe do Departamento de Projetos da FLATLANTIC - Actividades Piscícolas, S.A.

Cláusula 23.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o email, domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, em conformidade com o que dispõe o artigo 470.º do CCP.

Cláusula 25.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 26.ª

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Concurso observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (que aprova o Código dos Contratos Públicos) e demais legislação em vigor.

Cláusula 27.ª

Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tenham sido expressamente aceites pela Entidade Adjudicante;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
  - c) O Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 1 (um) da presente cláusula, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

Cláusula 28.<sup>a</sup>

Proteção de Dados

1. O cocontratante é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).
2. A entidade adjudicante, no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o cocontratante para este, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento.
3. Caso o cocontratante não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a entidade adjudicante fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do fornecedor, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.
4. No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicante poderá compensar os custos que tenha suportado com eventuais quantias que sejam devidas ao cocontratante, ou através do acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.
5. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do cocontratante, este deverá, no prazo de 10 (dez) dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à entidade adquirente.
6. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo a entidade adquirente resolver o contrato.
7. Caso o fornecedor impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 3 da presente Cláusula, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato, por incumprimento muito grave do cocontratante.

## Clausulas Técnicas Especiais

### CLÁUSULA 1.ª

#### Caracterização da Situação Existente

A FLATLANTIC – ACTIVIDADES PISCÍCOLAS, S.A., é uma aquacultura em terra destinada à produção de Espécies Pregado e Linguado, com cerca de 40ha e localização na Praia de Mira, Distrito de Coimbra.

A Flatlantic é a maior produtora aquícola nacional, com uma capacidade de produção atual de c.3.200 t/ano de Pregado c.500 t/ano de Linguado Senegalês.



Figura 1 – Flatlantic atualmente (Fonte: Google Maps).

Atualmente as instalações da Flatlantic são constituídas por zonas produtivas (tanques de cultivo e diferentes sistemas), zonas administrativas e sociais, e zonas técnicas.

### CLÁUSULA 2.ª

#### Programa

O Objeto do presente procedimento é a execução dos Sistemas de Suporte de Vida (SSV) a instalar no edifício Pré-Engorda N9. Este Edifício dispõe de dois pisos com 3 930,00 m<sup>2</sup> de implantação e será dedicado à Pré-Engorda de Linguado em sistema de recirculação de aquacultura (SRA).

Este edifício dispõe de uma área útil de produção, tanques de cultivo, de 4750 m<sup>2</sup> e cerca de 925 m<sup>2</sup> de área útil para os Sistemas de Suporte de Vida. Este edifício encontra-se dividido em 4 áreas de produção, em que cada uma corresponde a uma SSV e os respetivos tanques de cultivo.

Por se tratar de uma zona sensível, todas as ações de expansão são sujeitas a licenciamento ambiental e por isso, para a sua execução, todos os intervenientes nas diferentes fases de execução encontram-se condicionados às disposições presentes no **Título Único Ambiental (TUA) nº20211028000408 e respetivos anexos de relevo.**

### CLÁUSULA 3.ª

#### Organização e Conteúdo

Este processo deverá integrar as seguintes componentes indicadas em baixo:

- Coordenação;
  - Coordenação em fase de projeto;
  - Coordenação em fase de instalação.
- Layout dos equipamentos;
  - Disposição dos equipamentos nos espaços destinados para o efeito;
  - Lista de equipamentos a instalar;
  - Desenho das redes de infraestruturas associadas em conformidade com os projetos de especialidades;
  - Identificação dos pontos de ligação/fronteira da instalação;
  - Especificações do sistema;
- Projetos de especialidades:
  - Dimensionamento e distribuição das redes de água da SSV;
  - Dimensionamento e distribuição das redes de energia a jusante do quadro elétrico de alimentação principal, também a dimensionar, quadros de equipamentos acessórios e quadros de comando;
  - Dimensionamento e distribuição da rede de controlo e comando da instalação;
  - Dimensionamento e distribuição das redes de oxigénio a jusante do ponto de ligação definido;
  - Dimensionamento e distribuição das redes de Ozono, incluindo equipamentos de produção de ozono;
  - Dimensionamento e distribuição das redes de ar de baixa pressão e ar comprimido a jusante do ponto de ligação definido.
- Aquisição e/ou fabrico de equipamentos em função do layout;
- Transporte e instalação dos equipamentos em função do layout;
- Posta em marcha, testes e adaptações necessárias ao cumprimento das especificações acordadas;
- Fichas de procedimentos de segurança para o trabalho;
- Gestão de Resíduos resultantes da montagem e instalação do sistema, incluindo contentorização e transporte para local autorizado devidamente identificado com os respetivos códigos LER.

A instalação das SSV irá ocorrer em simultâneo com a empreitada e por isso cabe à adjudicatária

coordenar os trabalhos com a equipa de fiscalização de obra.

#### CLÁUSULA 4.ª

##### Faseamento do fornecimento e instalação da SSV

A fase de **Projeto** é constituída pelo Estudo Prévio e pelo Projeto de Execução.

No final do **Estudo Prévio** a FLATLANTIC deverá receber um estudo prévio de fácil leitura e compreensão onde sejam apresentadas:

- Layout primário com a disposição dos equipamentos;
- Proposta de faseamento para a montagem e operação do sistema;
- Lista de trabalhos e equipamentos a executar no projeto (MTQ);

O **Projeto de Execução** deverá ser elaborado após aprovação da fase anterior por parte da FLATLANTIC e deverá apresentar todo o detalhe necessário de forma a permitir a correta instalação dos equipamentos.

A Fase de **Instalação** engloba o fabrico, transporte, montagem e posta em marcha do sistema SSV.

O **Fabrico, Transporte e Montagem** corresponde à fase de fabrico e/ou aquisição de equipamentos e componentes que compõe o sistema, o seu transporte e montagem no local final em concordância com o projeto aprovado incluindo todos os meios de elevação necessários.

Após concluídos os trabalhos de montagem teremos a fase de **Posta em Marcha** que inclui testes de componentes individuais, elétricos, hidráulicos, de comunicações, alarme e outros, bem como testes operacionais completos do sistema em condições reais. Findo esta fase procede-se ao agendamento dos Testes de Aceitação no Local (SAT) ou Receção provisória, onde serão validadas por todas as partes a funcionalidade do sistema, a conformidade com o projeto e/ou especificações técnicas.

Após concluídos os SAT, a entidade adjudicada deverá dar formação à equipa definida pela FLATLANTIC.

#### CLÁUSULA 5.ª

##### Informações Complementares

**Coordenação Geral do Projeto** – A coordenação geral do projeto será responsável pela coordenação e motivação de toda a equipa afeta aos trabalhos. O Coordenador fica obrigado a manter reuniões semanais presenciais com a FLATLANTIC. Nas reuniões será feito o ponto de situação do desenvolvimento dos trabalhos, respetivos balizamentos, estudo e/ou validação de soluções ou outras situações necessárias ao correto desenvolvimento da instalação.

**Assistência técnica** – A entidade contratada deverá prestar acompanhamento de pelo menos 1 ano considerando visitas mensais e com início após a data de assinatura do auto de receção provisória ou SAT.



Além do anterior mencionado a entidade adjudicada deverá ter em consideração 2 aspetos na conceção do sistema ao longo de todo o contrato:

- Biossegurança – A divisão de áreas de Biossegurança tem de ser tida em consideração no desenvolvimento dos layouts e durante a execução dos trabalhos de forma que os fluxos das equipas estejam em concordância com os níveis de biossegurança respetivos;
- Manutenção – Será necessário salvaguardar que todos os equipamentos consigam ser alvo de manutenções, programadas ou não, e por isso a entidade contratada deverá prever no desenvolvimento do layout acessos ou estruturas secundárias que permitam a remoção/colocação dos equipamentos e a execução das manutenções necessárias.

## CLÁUSULA 6.ª

### Faseamento

Solicita-se que sejam previstos prazos e preços para a elaboração do projeto e que estes contemplem as seguintes fases com os seguintes prazos máximos:

**Fase 1 – Estudo Prévio** – 15 dias de calendário contados após assinatura do contrato.

**Fase 2 – Projeto de execução** – 7 dias de calendário contados após a data de aprovação da fase anterior;

**Fase 3 – Fabrico, Transporte e Montagem** – Prazo máximo de 16 meses para esta fase distribuídos da seguinte forma:

- **Fase 3.1 - 5 meses** a contar da assinatura do contrato para fabrico e compra dos principais componentes;
- **Fase 3.2** – Após concluída a fase anterior, a entidade contrata dispõe **de 1 mês** para a colocação dos equipamentos de maior porte nos locais designados. Esta fase deverá ser devidamente coordenada com os trabalhos de construção civil;
- **Fase 3.3 – 10 meses** após a conclusão da fase anterior adjudicatária deverá solicitar os testes SAT ou receção provisória.

A entidade adjudicante deverá ainda incluir na sua proposta, formação do sistema aos técnicos nomeados pela Flatlantic e 1 ano de acompanhamento e ajuste do funcionamento do sistema até alcançar as condições ótimas de funcionamento.

## CLÁUSULA 7.ª

### Qualificação Técnica

Tendo em consideração que a instalação a que se refere o presente procedimento é vital para o funcionamento de todo o projeto, estabelecem-se os seguintes requisitos técnicos mínimos, que visam assegurar a capacidade da entidade adjudicatária para o cumprimento integral dos objetivos:

1. Experiência específica:
  - a. A entidade adjudicatária deverá comprovar experiência prévia em **Sistemas de Recirculação Aquícola (SRA)** para a criação de **linguado (Solea senegalensis)** e



- pregado (Psetta maxima)** com pelo menos 2 anos de operação dos sistemas de produção de espécies;
- b. A experiência deverá ser demonstrada através de projetos anteriores que comprovem uma produção anual mínima de **40 kg/m<sup>2</sup>**;
  - c. O concorrente deverá demonstrar a capacidade e experiência em implementação de sistemas num rácio de **1 m<sup>2</sup> de sistema para cada 5 m<sup>2</sup> de produção**.
2. Equipa Técnica Obrigatória:
- a. Técnico Responsável pela Instalação: O responsável técnico deverá ser licenciado em **Biologia Marinha**, com um mínimo de **10 anos de experiência comprovada** na montagem, operação e gestão de SRA de Pregado e Linguado;
  - b. Engenheiro Eletrotécnico ou equivalente: Deverá integrar a equipa um **engenheiro eletrotécnico** ou equivalente com experiência comprovada em SRA de Pregado e Linguado, com um mínimo de **3 anos de experiência profissional comprovada**.